

CAPÍTULO 3

AS ORGANIZAÇÕES DO ESTADO EM FUNÇÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DEVIDO A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

Brener Alves de Souza

Engenheiro Civil

Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais pela Universidad de

Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) na Argentina

Buenos Aires

RESUMO

Este artigo científico aborda as interações das organizações do Estado com o meio ambiente e com o meio social, que interligados com a globalização e o crescente da economia de atividades relacionadas com agronegócio, estão causando sérios problemas ao planeta, sendo que através do cooperativismo, pequenas e médias empresas, estão conseguindo aumentar os seus meios tecnológicos, com objetivo de minimizar problemas ambientais e aumentar o desenvolvimento econômico. Os recursos naturais estão sendo cada vez mais explorados de forma desenfreadas, contudo, com a interferência das organizações e com as novas tecnologias, podemos minimizar os impactos gerados com os avanços do agronegócio no meio ambiente. Através dessas novas tecnologias, fenômenos ambientais podem ser detectados com antecedência, para que evite um desastre social ainda maior, sendo que esses fenômenos, geralmente ocorrem devido as ações humanas. Visto que, as organizações possuem a sua responsabilidade ambiental dentro da sociedade, novas práticas ambientais operacionais, estão interligadas a projetar e desenvolver produtos ambientalmente adequados, priorizando a substituições de materiais, redução de consumo de recursos, redução da geração de desperdícios e resíduos durante o uso, a produção e a distribuição desses produtos para a sociedade de forma mais sustentável.

Palavras-chave: Meio ambiente, agronegócio, organizações do Estado, cooperativismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, apresentar a relação entre as organizações do Estado e a preservação do meio ambiente, frente a uma perspectiva sociológica nos últimos 10 anos na região central do Brasil, onde possui os maiores polos de agronegócios do país. A sociologia das organizações do Estado desempenha um papel fundamental na preservação

do meio ambiente. Ela se concentra no estudo das relações sociais dentro das organizações políticas e como essas relações influenciam o comportamento humano e as práticas organizacionais da sociedade civil.

No contexto da preservação do meio ambiente, a sociologia das organizações do Estado se torna crucial, uma vez que as organizações desempenham um papel significativo tanto na degradação quanto na proteção do meio ambiente. Ela nos ajuda a entender como as estruturas organizacionais, as normas, os valores e as práticas afetam os esforços de preservação ambiental.

Compreender as dinâmicas organizacionais do Estado por meio da sociologia nos permite identificar os obstáculos e os incentivos para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis. Isso engloba desde a implementação de medidas de eficiência energética até a promoção de comportamentos pró-ambientais entre os funcionários.

Além disso, a sociologia das organizações também nos ajuda a examinar as relações de poder e influência nas organizações, o que é essencial para entender as decisões tomadas e as ações realizadas em relação ao meio ambiente. Isso inclui a análise das políticas internas, a influência de grupos de interesse e o papel da liderança na promoção de uma cultura organizacional orientada para a sustentabilidade.

Em resumo, a sociologia das organizações desempenha um papel fundamental na preservação do meio ambiente, fornecendo insights sobre as dinâmicas organizacionais, os fatores que influenciam o comportamento ambiental e as estratégias que podem ser adotadas para promover a sustentabilidade. Ela nos ajuda a criar organizações mais conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo consiste em uma revisão bibliográfica abrangente, com o objetivo de analisar e sintetizar as principais pesquisas e informações disponíveis sobre o tema em questão. A revisão da literatura é uma estratégia amplamente utilizada na pesquisa científica, permitindo uma compreensão aprofundada do estado atual do conhecimento sobre as organizações do Estado em função da preservação ambiental devido a expansão do Agronegócio brasileiro.

Para a realização da revisão bibliográfica, foram utilizadas diversas fontes de informações, incluindo artigos científicos, livros, teses, dissertações e relatórios técnicos relacionados ao tema. A busca por essas fontes foi realizada em bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scopus e Web of Science, assim como em bibliotecas digitais e físicas.

A seleção das fontes foi feita de acordo com critérios pré-estabelecidos, como a relevância do conteúdo para o tema em estudo, a atualidade das publicações e a reputação dos autores e periódicos. Além

disso, foram utilizados critérios de inclusão e exclusão para garantir a qualidade e a pertinência das fontes selecionadas.

A análise dos dados obtidos nas diferentes fontes foi realizada de forma sistemática e organizada, permitindo a identificação de padrões, tendências e lacunas no conhecimento existente sobre o tema. As informações relevantes foram sintetizadas e apresentadas de forma clara e objetiva no decorrer do artigo.

É importante ressaltar que a revisão bibliográfica não envolve a coleta de dados primários, mas sim a análise crítica e a síntese de estudos anteriores. Essa abordagem permite uma visão ampla e embasada do tema em questão, contribuindo para o avanço do conhecimento científico.

No próximo tópico, serão apresentados e discutidos os principais resultados e conclusões obtidos a partir da revisão bibliográfica realizada.

O artigo apresenta uma revisão teórica, relacionada com a sociologia das organizações do Estado, onde temos como um dos primeiros sociólogos a estudarem as organizações Max Werber. Sendo apresentado também as teorias de Crozier, onde são relacionados os novos modelos organizacionais e os avanços da globalização.

Sendo aprofundado em temas da atualidade, como os desastres ambientais e a importância das organizações do Estado, para a previsão dessas catástrofes, com objetivo de minimizar impactos sociais, ambientais e econômicos nessas regiões, sejam essas catástrofes naturais ou causadas devido o desmatamento ambiental.

O terceiro capítulo está relacionado com a economia e degradação ambiental devido os avanços do agronegócio. Com a competitividade no agronegócio, estimula os produtores uma frequente revisão da maneira como são planejadas e organizadas suas atividades, abrangendo desde questões operacionais do planejamento produtivo até o relacionamento com seus fornecedores e clientes. Com a grande competitividade, proporciona novos processos de coordenação e organização, em que a livre negociação é substituída ou complementada por contratos, alianças ou até mesmo pela completa integração vertical, sendo necessário no processo de espaço do agronegócio visar a preservação do meio ambiente (FAO, 2005).

O quarto capítulo, falamos sobre a responsabilidade ambiental e social das organizações, sendo que diante isto, a integração de questões ambientais e a preocupação com a redução de impactos ao meio ambiente, sendo que dentro das tomadas de decisões são adotadas medidas ambientalistas e sociais, para atender a legislação em vigor, prevenir e compensar os danos ambientais e sociais gerados (TACHIZAWA, 2015).

Sendo amparada pela conclusão, onde é apresentada o resumo da análise realizada e a importância do estudo da sociologia das organizações para a preservação do meio ambiente.

1. AS ORGANIZAÇÕES DO ESTADO EM FUNÇÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DEVIDO A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO.

1.1- SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL

A globalização exige mudanças por partes das organizações, onde Bauman, destaca a globalização como um desafio ético, sendo que esse novo processo tende a delimitar as interações sociais, tendo um crescente individualismo centrado em interesses particulares, que na maioria das hipóteses estão relacionados ao poder e a economia (BAUMAN, 2005).

Max Weber foi um dos primeiros sociólogos a analisar o paralelo entre mecanização da indústria e a organização da burocracia. Weber mostra que o modelo burocrático, produz rotina no processo administrativo, sendo semelhante a máquina nos sistemas de produção. A principal preocupação de Max Weber enquanto sociólogo era com relação aos efeitos da burocratização na sociedade. Na sua perspectiva a abordagem burocratiza poderia trazer rotina em todos os aspectos da vida humana, limitando a capacidade de ação espontânea o que ocasionaria problemas políticos (WEBER, 1947).

Com base nos estudos de Crozier (1987), podemos definir a mudança organizacional como a reivindicação de uma novo sistema de regras e normas com o objetivo de promover novos comportamentos e meios de negociações, porém para obter cooperação dos indivíduos na organização e na implantação de novas modalidades tecnológicas, é necessários apenas uma mudança técnica, mas sim, uma mudança na organização e na implantação de novas tecnologias, se faz necessários uma mudança na negociação, controle de recursos, valores, comunicação e práticas sociais e de trabalho que conduzam e propiciem a implementação eficiente de uma nova tecnologia, em um maior nível de complexidade e não tão somente uma mudança técnica (VASCONCELOS, CYRINO, CARVALHO et al., 2017).

Manuel Castells, contribui com uma nova perspectiva com a sua obra “Internet y Sociedade em Red”, onde o autor analisou a sociedade contemporânea, onde a interrelação proporciona uma nova configuração do meio social através da internet e novas tecnologias (CASTELLS, 2001).

Quando e exposto novos meios de trabalho e tecnologias, a comunicação aberta entre esses nichos, são importantes para que possam ser resolvidos problemas e permitir o desenvolvimento das mudanças, seria o tipo de comunicação habermasiana (VASCONCELOS, CYRINO, CARVALHO et al., 2017).

Segundo Habermas (1990) define o conceito de razão comunicativa pressupõe uma diferenciação entre mundos objetivo, social e subjetivo, de acordo com Habermas essa diferença diferenciam o pensamento moderno do mítico, a comunicação e diálogo na organização, é a que entrelaçam equipes inovadoras, principalmente as que estão orientadas a pesquisa e desenvolvimento em seu processo de inovação científica ou

tecnológica de nível elevado, onde a comunicação tem muitos princípios da chamada ação comunicativa habermasiana.

O fomento a tecnologia, não obrigatoriamente rompe com a história da organização ou com a comunidade humana organizacional, os indivíduos ou empresas, que possuem uma bagagem organizacional, podem ser incentivados a novas mudanças e se integrarem a novas atividades parcialmente, em novas tecnologias, novos meios de trabalho e novos tipos de comunicação (VASCONCELOS, CYRINO, CARVALHO et al. 2017).

De acordo com Heckscher (2007), as organizações estão passando por mudanças devido a globalização, e em função das mudanças em que o mundo e a sociedade estão ultrapassando, devido um grande fluxo de informações, tecnologias, em que a complexidade, a velocidade, a mudança é necessária em empresas para se tornarem menos burocráticas e mais colaborativas. O sistema da burocracia vem atrelado e normas e regras rígidas o que dificulta a colaboração em relação de cada um exercer sua atividade localmente e contínuo, sendo que Heckscher defende uma empresa colaborativa, sendo o cooperativismo onde as equipes se formam com base em experiências e conhecimentos distintos e integrados.

Heckscher (2007) mostra algumas diferenças relevantes, de conceitos na ideia de empresa colaborativa, no qual a velocidade e sinergia entre os stakeholders (diversos agentes envolvidos num projeto) são grandezas fundamentais para negócios embasados em conhecimento e na ideia de cooperação.

De acordo com Petriella (1998), o cooperativismo em sua estrutura, assume as necessidades, mudanças estruturais e sociais, tendo como base obrigações éticas e políticas com a sociedade. Diante desta nova realidade, devido aos avanços tecnológicos e a globalização, devemos traçar novos futuros e coordenar as ações de forma viável, sendo possível conhecer os novos fenômenos, analisá-los e avaliar o seu impacto- somente a partir de um diagnóstico, será realmente possível encaminhar estratégias de superação de uma ordem social capitalista, onde não são somente morais, mas também econômicos.

Petriella (1998) afirmou que o cooperativismo nos dias atuais, e uma forma estrutural organizacional para que possa ser repensado novos modelos organizacionais sociais democráticos e participativos, sendo o caminho para discussões que necessitam de reflexões.

Segundo Heckscher (2007) a colaboração estendida ocorre quando as relações entre os membros da organização fluem e estão num processo de mudança. As fronteiras são mais flexíveis e as habilidades e capacidades de seus membros são diversas. As equipes, nesse caso, muitas vezes são compostas por colaboradores externos à organização como parceiros de negócio. As colaborações estendidas parecem mais com uma rede, com um “cluster” que estão colaborando basicamente com suas experiências e conhecimentos e nessa sinergia conseguem contribuir para um resultado.

Contudo com as combinações de definições dos autores apresentados, aumenta a compreensão sobre os meios organizacionais com relação a preservação ambiental, principalmente em áreas que são constantemente agredidas pela economia derivada do agronegócio, onde ficam mais propícios desastres ambientais e sociais.

1.2- SISTEMAS ORGANIZACIONAIS DO ESTADO E OS DESASTRES AMBIENTAIS

De acordo com Filgueira (2014) concordando com cientistas multidisciplinares, a degradação dos recursos naturais está acontecendo de forma desordenada, não apenas por falta de esclarecimento dos impactos das ações sobre o meio ambiente, mas devido ao processo atual de desenvolvimento existente nas relações sociais do homem. As ações humanas como o desmatamento, a expansão urbana e a degradação do solo, aliadas aos eventos hidro meteorológicos extremos, entre outros, ameaçam fortemente a vida no planeta.

Com novas tecnologias e novos modelos organizacionais, existe a possibilidade de previsão dos desastres climáticos, cada vez menos se pode falar que as situações de riscos de desastre de secas, de inundações, etc., sejam problemas que não podem ser previstos. As análises dos eventos meteorológicos têm demonstrado que o mundo está em mudanças climáticas constantes, de causas, em parte ainda desconhecidas, mas com fortes evidências da influência das atividades antrópicas em escala planetária. As mudanças climáticas naturais, características do período Quaternário, estão sendo usadas para fins econômicos, em defesa do crescimento econômico de países ditos do primeiro mundo (FILGUEIRA,2014).

Segundo Goudie (2000), os riscos a que um país está exposto para ocorrência de diversos tipos de fenômenos ambientais, que podem desencadear em um desastre, não estão no fenômeno em si, mas sim no tipo e na tendência dos modelos de organizações de desenvolvimento adotados. O rápido aumento da população aumenta a demanda de recursos naturais, pressionando o meio ambiente e aumentando o risco de ocorrência de um desastre, ou que os desastres ocorram de forma corriqueira.

O aumento da magnitude e da frequência dos perigos ambientais e os elevados danos materiais e humanos não podem ser desligados do aumento da ocupação e do uso antrópico do espaço físico que se traduziu no progresso incrementado de distúrbios dos sistemas físicos.

De acordo com Amaral e Gutjahr (2011) os fenômenos naturais da Terra transformam a superfície terrestre, atingindo áreas e regiões habitadas, levando a perdas materiais e humanas. Podemos ressaltar alguns grandes desastres ocorridos como o Terremoto no leste do Japão em 2011, o rompimento da barragem de Brumadinho, Brasil em 2019 e a enchente do rio

Chao Phraya, na Tailândia em 2011, trazem reflexos ao ambiente de negócio organizacional implantado nessas regiões.

Whiteman (2013) afirma que o, combate e controle dos riscos referentes aos problemas climáticos é o grande desafio das corporações, sendo o principal desafio relacionado a elaboração de um planejamento estratégico.

Segundo Mills (2009) as organizações sofrem com interrupções imprevistas em sua natureza, tempo e extensão, afetando de forma direta o volume de negócios, lucro organizacional, custos operacionais e o volume de investimentos das organizações.

Portanto as organizações precisam se adaptar a quaisquer catástrofes naturais, sendo que as novas tecnologias e novas organizações, podem auxiliar a minimizar os efeitos causados por eventos climáticos adversos, nesse sentido o Sistema de Controle Gerencial (SCG) promove a melhoria da comunicação e monitoramento organizacional por intermédio de diagnóstico (WRUBEL, 2017).

Chenhall (2005) afirma que, o sistema SCG, está sendo cada vez mais utilizado nos novos modelos organizações para controle e coordenação das decisões por parte de gestores, diretores e acionistas com intuito de otimizar o desempenho das empresas.

Tendo vista o aspecto social Linnenlueke (2015), argumenta que se espera contribuir com as organizações e com a sociedade que depende da remuneração proveniente da remuneração proveniente destas organizações, ao apresentar que o Sistema de Controle Gerencial, desempenha um importante instrumento para retomada dos investimentos e redução dos prejuízos das organizações relacionados com problemas climáticos.

De acordo Machado (2003) as soluções voltadas para a preservação ambiental, passam a ser colocadas não apenas como pauta de proteção ambiental, mas sim como problemas do sistema de gestão político, para que a expansão da economia e os avanços da urbanização, possam acontecer de modo que os recursos oferecidos pela natureza, continuem sendo renováveis.

Nas pesquisas de Diegues (2000), o mesmo afirmou que a gestão das organizações do Estado, passaram a ser um transformador, através do qual se questionam os objetivos de desenvolvimento econômico e de organização territorial, assim como aqueles relacionados à conservação da natureza ou à manutenção ou recuperação da qualidade ambiental.

Esse novo modelo de gestão do Estado passou a ser aplicada de forma ampla e por vezes generalizada: gestão ambiental integrada, gestão dos recursos naturais, gestão do equilíbrio natural, gestão do espaço, gestão dos recursos genéticos, gestão integrada dos recursos naturais, gestão integrada das águas, sendo que todas possuem o objetivo de constituir uma sociedade desenvolvida e sustentável.

1.3- INCLUSÃO DE SISTEMAS ORGANIZACIONAIS DO ESTADO NO AGRONEGÓCIO PARA AMENIZAR IMPACTOS AMBIENTAIS E AUMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (MAPA), a agricultura é a principal atividade econômica do Brasil, o agronegócio foi responsável por 21,45% do produto interno bruto (PIB) nacional do ano de 2015 (MAPA,2016).

De acordo com Breitenbach (2014), o Agronegócio tem se mostrado como o setor de maior contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e para geração de superávit na balança comercial brasileira, já que corresponde ao setor que mais exporta, atendendo a demandas em diversos mercados a nível mundial, no que diz respeito aos produtos alimentícios primários e não manufaturados (Café, Açúcar, Suco de Laranja, Soja, Milho, Carne Bovina, Suína e de Aves), ramo no qual o Brasil é grande produtor.

De acordo com Fernandes (2011), grande parte do bioma brasileiro, Cerrado, foi transformado em pasto e agricultura, para a expansão do agronegócio, sendo que a conversão da diversidade de culturas agrícolas para a concentração na produção de soja e a criação de gado em massa, associado a contaminação do solo, água e ar por agrotóxicos, adubos e corretivos químicos, são as maiores ameaças ao bioma brasileiro, Cerrado.

Contraponto ao agronegócio, a agroecologias surge no país como um movimento social que propõe práticas agriculturas alternativas, se constituindo como uma nova ciência que interage com os conhecimentos locais e com outras tecnologias, não sendo limitado apenas em mudanças tecnológicas ou ecologização, sendo maior que questões ambientais e abrangendo aspectos econômicos, sociais e políticos do desenvolvimento do agronegócio (FONTORA, 2016).

Referente a inclusão da Tecnologia da Informação (TI) nas operações do Agronegócio, vale ressaltar que, com o avanço da tecnologia ao longo dos anos, é uma ferramenta interessante para auxiliar o produtor a ganhar vantagem competitiva e comercializar com maior margem de ganho real em relação a sua produção, afinal podendo proporcionar um amplo acesso a informações valiosas para a tomada de decisões novos modelos de gestão (SOUZA, 2013).

Portanto conforme Santos e Mendes (2010), essa inclusão tecnológica e novos modelos de gestão formam um sério problema no Brasil. Sendo que em 2008, a parcela de agricultores que desconheciam a TI era de aproximadamente 73%, sendo as causas normalmente apresentadas como a dificuldades de adaptação a novas tecnologias ou desestímulo mediante estruturas inadequadas, uma vez que as instituições brasileiras de apoio ao uso dessa tecnologia estavam predominantemente concentradas nas regiões mais ricas do país, a exemplo do Sudeste (SANTOS; MENDES, 2010).

Nos dias atuais, esse cenário, de maneira geral, não apresentou mudanças Segundo Vasconcelos (2019), existem irregularidades entre os

vários softwares de gestão e a pouca aderência por parte dos produtores, sendo que existe uma desconexão das aplicações com as necessidades e habilidades deste público. Sendo ressaltado que o uso da Tecnologia das Informações, principalmente no setor de agricultores familiares, muita das vezes não possui acesso a alguma tecnologia básica, como a internet para o desenvolvimento de novos modelos de gestão e organização.

O cooperativismo auxilia os pequenos e médios produtores rurais a desenvolverem as suas atividades, aumentando a seu desenvolvimento econômico em meio a alta competitividade encontrada no setor, onde grandes produtores se destacam economicamente e tecnologicamente, esses pequenos produtos são fortalecidos atrás de cooperativas que são organizações estruturadas que podem alcançar altos níveis de integração vertical (FAO, 2005).

De acordo com a OCB (2007), as cooperativas agroindústrias no Brasil, possuem uma grande representatividade, e contribuem na comercialização e produção de produtos agropecuários, elas representam cerca de 41% da receita total gerada por produtos agronegócio, sendo que as empresas associadas com cooperativas, apresentam uma rentabilidade acima da média nacional.

Segundo Antonialli (2000), os recursos econômicos e sociais das cooperativas devem ser investidos de forma direta nos objetivos dos cooperativistas, sendo que um dos grandes desafios do cooperativismo é alinhar os interesses econômico, sociais e políticos dos seus integrantes. Visto que o interesse econômico está ligado ao crescimento da cooperativa e seus empreendimentos, o interesse social está diretamente associado aos interesses em serviços e benefícios ao associado e o interesse político que está ligado a disputas internas de poder e representatividade de uma cooperativa perante uma sociedade.

1.4- A responsabilidade ambiental e social nas organizações do Estado

Devido ao grande desenvolvimento tecnológico ligado com a globalização, as organizações do Estado são responsáveis por causarem impactos negativos sobre o meio ambiente, sendo a principal preocupação dessas organizações amenizarem esses impactos, sendo uma das práticas do modelo de responsabilidade ambiental e social. Diante isto, a integração de questões ambientais e a preocupação com a redução de impactos ao meio ambiente, sendo que dentro das tomadas de decisões são adotadas medidas ambientalistas e sociais, para atender a legislação em vigor, prevenir e compensar os danos ambientais e sociais gerados (TACHIZAWA, 2015).

As organizações do Estado estão sendo levadas a adotarem posturas socialmente responsável frente aos problemas ambientais e sociais, com objetivo de atender as exigências das partes interessadas nos negócios das organizações, denominadas de stakeholder e buscar a sobrevivência no mercado global. No enquadramento organizacional foi adotado o discurso e a ferramenta da Responsabilidade Socioambiental (RSA), Responsabilidade

Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC), contendo o comprometimento da organização em juntar as estratégias comerciais pela relação ética, transparente e solidária com todos os públicos com os quais se integram, associando o desenvolvimento econômico ao social e preservação ambiental para próximas gerações (DIAS, 2011).

Para tanto, Jabbour (2013) afirmou que questões relacionadas ao meio ambiente procuram analisar os aspectos da responsabilidade ambiental organizacional, do gerenciamento dos impactos ambientais e o desenvolvimento de programas de educação ambiental para funcionários e as comunidades. Sendo que na gestão da responsabilidade ambiental o objetivo é preservar o meio ambiente e todos os seus aspectos de fauna e flora, sendo que as pessoas são afetadas de forma direta com a degradação ambiental, surgindo graves problemas sociais.

Diante disto, é apresentado três focos de práticas ambientais de planejamento e organizacionais, operacionais e comunicacionais. No planejamento e organizacionais apoiam medidas a definição limpas da política ambiental, objetivos diretos e planejamento ambiental de longo prazo, responsabilidades ambientais bem projetadas, funcionários integralmente dedicados à gestão ambiental e programas de treinamento ambiental para dirigentes e funcionários organizacionais (JABBOUR, 2013).

Jabbour (2013) afirma que, as práticas ambientais operacionais estão interligadas a projetar e desenvolver produtos ambientalmente adequados, priorizando a substituições de materiais, redução de consumo de recursos, redução da geração de desperdícios e resíduos durante o uso, a produção e a distribuição dos produtos.

As práticas ambientais de comunicação organizacional presam a clareza e visibilidade das ações ambientais projetadas pela organização, focando na produção diária de relatórios e informações ambientais, na integração com outras organizações ambientais e o uso de argumentos ambientais no marketing organizacional (JABBOUR, 2013).

Giesta (2009) destacou que a gestão ambiental amparada nos princípios da Educação Ambiental poderá contribuir na conscientização dos trabalhadores ou em suas práticas pessoais e profissionais, promovendo a maior aproximação entre as áreas da Administração e Educação.

No contexto cooperativista a educação ambiental, para agricultura familiar tem nas cooperativas a formação de espaços produtivos para discussões e implantação de um processo educativo e social para alcançar a sustentabilidade, por considerar os elos do desenvolvimento sustentável (ambiental, econômico e social) em sua atuação (Giesta & Silva, 2016).

De acordo com Rocha (2014), a agricultura familiar também se representa como um segmento transposto por questões difíceis que envolvem a sustentabilidade, o uso e produção de recursos naturais (água, terra, alimentos, etc.), acesso a créditos e produção de insumos e à assistência técnica e extensão rural, de modo que esses fatores influenciam no desenvolvimento dos agricultores de forma sustentável.

Com a intuição de aumentar o desenvolvimento rural sustentável, e pela superação da problemática socioambiental rural, foi colocado pela Portaria Ministerial Nº 169, de 23 de maio de 2012, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), que tem como objetivo o incentivo às práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais, por meio de processos educacionais críticos e participativos, gerando uma consciência ecológica na comunidade e cooperados (MMA, 2015; Fonseca, 2017).

CONCLUSÃO

Para concluir o artigo, é crucial relacionar a sociologia das organizações do Estado com a preservação do meio ambiente, especialmente considerando a expansão do agronegócio. A interseção entre esses campos é fundamental para entender como as políticas estatais impactam diretamente a proteção ambiental principalmente diante do crescimento do setor agronegócio.

A sociologia das organizações do estado oferece insights valiosos sobre como as estruturas governamentais influenciam as decisões relacionadas ao agronegócio e à conservação ambiental. A análise das relações de poder, interesses e dinâmicas dentro das instituições estatais é essencial para compreender como as políticas públicas são formuladas e implementadas.

Diante da expansão do agronegócio, que muitas vezes traz consigo impactos ambientais significativos, é imperativo que o estado atue de forma proativa para conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação dos ecossistemas. Isso requer a adoção de medidas regulatórias, incentivos econômicos e políticas de controle para garantir a sustentabilidade ambiental no contexto do agronegócio.

Portanto, a sociologia das organizações do Estado desempenha um papel fundamental na análise das relações entre as estruturas governamentais, o agronegócio e a preservação do meio ambiente. Ao considerar esses aspectos de forma integrada, é possível promover o desenvolvimento sustentável e a proteção dos recursos naturais, garantindo um equilíbrio entre as necessidades econômicas e ambientais da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antoniali L. M (2000). *Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas de leite e café de Minas Gerais*. São Paulo, 2000.

Bauman, Z (2021) *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora

Cyrino, A. B (2017). *Transformations stratégiques et reconfiguration des compétences organisationnelles: une analyse des banques privées de détail*

au Brésil pendant la période 1986-1997. France: École des Hautes Études Commerciales.

Castells, M. (2001). *Internet e Sociedade em Rede.* São Paulo. Editora Paz e Terra.

Castells, M. (1999) *A sociedade em rede.* São Paulo, Editora Paz e Terra.

Crozier, M.; Friedberg, (1977). *L'acteur et le système.* Paris: Seuil.

Dias, R. (2011). *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.* 2. ed. São Paulo: Atlas.

Diegues, A. C. (2000). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* São Paulo: Hucitec

Figueira, H. J. A. (2004) *Desastres El Niño-Oscilação Sul (ENOS) versus sistemas organizacionais – Paraíba/Brasil, Flórida/Estados Unidos da América e Piura/Peru: uma análise comparativa.* Campina Grande: UFCG, 2004. (UFCG-CCT). Tese (Doutorado Temático em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

FAO (2005) *Food and Agriculture Organization of the United Nations. Alternatives to improve negotiation and market access capabilities of small-scale rural entrepreneurs in Latin America.* Rome: Agricultural Management, Marketing and Finance Service (AGSF)

Fonseca, L., Fonseca, L. H. S., Pereira, D. B., & Santos, A. H. (2017). *A educação ambiental nas cooperativas de agricultura familiar: Estudo de caso em uma cooperativa no brejo paraibano.* In: *Anais do VI Simpósio Internacional de Gestão de Projetos Inovação e Sustentabilidade - SINGEP.* São Paulo, SP, Brasil

Giesta, L. C., & Silva, T. N. (2016). *A educação ambiental e capital social em cooperativas de produção orgânica.* In: *Anais do XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP.* Fortaleza, CE

Goudie (2000), A. S. *The human impact: on the natural environment.* 5th edition. Cambridge, MA: MIT Press

Habermas, J. (1990). *Soberania popular como procedimento.* In *Novos Estudos Cebrap.* São Paulo.

Jabbour, A. B. L. S., & Jabbour, C. J. C. (2013). *Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências*. São Paulo: Atlas.2013

Linnenluecke, M. K., Griffiths, A. and Winn, M. (2012). 'Extreme weather events and the critical importance of anticipatory adaptation and organizational resilience in responding to impacts'. *Business Strategy and the Environment*, 2

Max Weber, (1947) *Ciência e Política: Duas Vocações*, Editora Cultrix,

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (2016) *Gestão de água doce: usos múltiplos, políticas públicas e exercício da cidadania no Brasil*, Rio de Janeiro: Interciência.

MMA. (2015) Ministério do Meio Ambiente. *Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar*. Organizadores. Brasília

Nunes-Gutjahr, A. L.; Braga, C. E. (2011) *Gafanhotos da Flona Caxiuanã: Guia prático*. Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: www.brasilcooperativo.com.br

Petriella, Angel. (1998) "*Nuevas preguntas y nuevas respuestas del movimiento cooperativo*"Revista de Idelcoop, Argentina

Rocha, M. S. (2014). *Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar: uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

Santos, Anderson Rodrigo dos; Mendes, Cassia Isabel; Costa. (2010) *Tendências e oportunidades de investimento no mercado do agronegócio brasileiro*. In: VI Mostra de estagiários e bolsistas, Rio de Janeiro.

SOUZA, Sidney dos Santos. *Sistemas de Informações Gerenciais no Agronegócio: Estudo de Caso de Aplicação de Software em Administração Rural pelos Produtores de Grãos do Município de Rio Verde-GO, Minas Gerais*. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo – MG, 2013.

VASCONCELOS, I. F. F. G. (2013) *O desafio da mudança*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo

Vasconcelos, I. F. F. G. *Assurance qualité et changement organisationnel: Une comparaison de la mise en place de l'ISO 9001 chez deux constructeurs informatiques français*. 2000. Tese (Doutorado em Gerenciamento de Negócios) - HEC - Ecole des Hautes Etudes Commerciales, França.

HECKSCHER, C. (2007) *The Collaborative Enterprise*. New Haven: Yale University Press.

WAICHMAN, A. V., C. R. (2002). *Composição do zooplâncton em diferentes ambientes do Lago Camaleão, na Ilha da Marchantaria, Amazonas, Brasil*.

Tachizawa, T. (2015). *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas

Whiteman, G. and Cooper, W. H. (2011). 'Ecological sensemaking'. *Academy of Management Journal*, New York).